

ATA N.º 18/XII/2021

Reunião Ordinária Pública de 25/08/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e um, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

De notar a ausência do Sr. Vereador Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, por motivos familiares, tendo sido considerada justificada a falta.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. 8ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP	14
2. APROVAÇÃO PLANO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO MUNICÍPIO DA MOITA	14
3. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM INSTITUIÇÃO SOCIAL DO CONCELHO	22
4. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DE ESCOLAS E JARDINS-DE-INFÂNCIA - 2021/2022	23
5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ALERTA-MENTE_ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL E MUNICÍPIO DA MOITA	24
6. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL	25
7. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL	26
8. CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BAIXA DA BANHEIRA E RESPATIVOS ARRANJOS EXTERIORES - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS - TRABALHOS COMPLEMENTARES	26

9. ESTRUTURAÇÃO DO CORREDOR URBANO DA AVENIDA 1º DE MAIO NA BAIXA DA BANHEIRA - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES	28
10. DECLARAÇÃO DE ABANDONO E PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	29
11. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DAS BANCAS N.ºS 11 E 16 COM A ATIVIDADE DE DIVERSOS, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA	30

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Fernando Raimundo - Disse que tinha um agradecimento a fazer porque: “já conseguiram passar do Séc. XIX para o início do Séc. XX”, tivemos a primeira camada da gravilha de alcatrão e pelo menos uma parte do pó com que estavam a sofrer já não está, mas quando vier inverno logo se vê como é que se comporta, disse já ter falado com o Sr. Vereador Miguel Canudo sobre o assunto e por essa parte está agradecido.

Agradeceu ao Sr. Presidente pelo empenho contra a construção do aeroporto porque concorda plenamente, está de acordo com a opinião do Sr. Presidente pois só quem desconhece o que é viver num sítio com tráfego aéreo é que pode estar a favor deste projeto, disse que esta situação nada tem a ver com política questionando se o presidente concorda consigo.

Disse que da última vez que esteve numa reunião, no dia 28 de Abril, levantou uma questão que gostaria que não ficasse esquecida que é a interligação entre o Bairro - Rua da Liberdade e a Estrada Casal do Brinca, este pedido foi feito para se evitarem duas ruas de “gueto”, pensando que não é muito difícil nem complicado, pois no bairro já existe a rua de ligação, na Rua da Liberdade, o lote correspondente a essa rua não tem construção, era bom que não tivesse, e que fizesse a passagem porque a Rua da Liberdade cada vez tem mais moradores e por isso há mais construção. Está uma moradia em construção e prevê-se construir mais, e como o Sr. Vereador Miguel Canudo sabe, em relação aos carros o estacionamento não chega para todos e torna-se cada vez mais complicado daqui para a frente, acrescentou que se houver interligação com saídas e ruas de sentido único, seria ótimo porque haveria mais facilidade no caso de uma situação de emergência, e seria mais fácil para os moradores serem socorridos.

Relativamente ao “Casal do Brinca”, espera que continue a avançar pelo Séc. XX até ao Séc. XXI.

Fez referência ao espelho na Rua da Liberdade que de alguma forma, ou é partido ou é roubado, mas que faz muita falta porque a manobra para se entrar ou sair com os veículos é complicada, tendo já falado, também, sobre a colocação de um espelho no extremo da Estrada dos Agricultores, ao pé da escola, em que horas de ponta seria muito importante para as pessoas poderem ter visibilidade e não arriscarem.

Referiu que viu um carro do lixo na recolha, na rua 5 de outubro junto à Câmara Municipal (não sabe se o mesmo é da Câmara ou de uma empresa subcontratada) que trabalha com os contentores pequenos verdes e azuis pensando que seria uma boa experiência alargar isso a sítios com mais dificuldade, dando como exemplo o que lhe acontece a si, pois está a envelhecer e instituiu que uma vez por semana vai despejar o seu lixo com um carrinho de mão, não faz a separação pois não existe ecoponto na sua zona, mas questionou como vai fazer quando estiver mais velho. Disse não querer comparar com outros sítios pois cada município faz como entende, mas pensa que aquelas casas têm

todas condições para terem um contentor para o lixo e para ter ecopontos separados pois tem espaço suficiente para isso e se for instituído um dia específico para a recolha do lixo, e outro dia para a recolha dos ecopontos, as pessoas cumprem.

Informou que agora os moradores, que lá existem, são maioritariamente novos, que vieram de outros lados e pelo que se apercebeu “fixaram arraiais” e não querem sair dali porque sentem-se bem, e é gente nova que veio para o Município, portanto, há que não os afugentar.

Sr^a. Margarida Silva - Disse que veio mostrar o seu descontentamento em relação ao problema que se está a passar na sua fração e que já vem de algum tempo pois a Câmara Municipal da Moita atribui as culpas ao construtor mas na sua opinião, a culpa é da Câmara porque na década de 80 já existiam geógrafos e topógrafos e acha que nada se constrói sem a viabilidade de construção, para isso mesmo existem as viabilidades, que os terrenos e o solo e subsolo têm de ser analisados para ver se reúnem condições para se construir. Afirmou ter conhecimento que na sua urbanização passa um lençol de água e já verificou há uns tempos que nessa mesma urbanização existem espaços de comércio e habitação no lado oposto à sua urbanização e, na sua opinião, houve um erro porque a casa onde habita, em vez de ser uma fração, deveria ter sido autorizada para um espaço de comércio e não para habitação. Informou que tem tido muitos problemas desde que vive naquela casa uma vez que não bate o sol e por isso, todos os anos tem pintado a casa.

Demonstrou o seu descontentamento porque na anterior reunião o Sr. Presidente lhe pediu que a munícipe deixasse o contacto com a sua secretária para agendarem uma reunião com técnicos dessa área para chegarem a uma conclusão, mas com bastante tristeza sua acha que a culpa vai morrer solteira. Disse que a Câmara tem de reconhecer que houve um erro e esse erro tem de ser corrigido, mas não pela proprietária, porque a sua casa não está condições de ser habitada, a casa tem infiltrações e essas infiltrações nada têm a ver com a impermeabilização do prédio, embora o condomínio também tenha de fazer essa manutenção, pois existem infiltrações que estão junto à parede afirmou: “eu posso morrer carbonizada!” porque pode originar um incêndio. Voltou a questionar se a culpa vai morrer solteira e quer saber porque não a contactaram, porque é a segunda vez que vem à reunião expor o assunto e acha que as pessoas estão a ignorar esta situação. Disse que não pode fazer obras, nem tem de as fazer, pois isso é da competência de quem deu a viabilidade naquela altura, não lhe interessa quem era o executivo nem a que partido pertencia: “houve um erro, e agora não vamos buscar passados! Quem tem esse pelouro, tem de resolver este problema porque eu não me vou calar, sob pena de passar este problema para Tribunal, eu não comprei nenhuma barraca, pensando que é inadmissível pois tem de ter o mínimo de condições para viver na sua casa e por causa deste problema, tem de sair de casa no Inverno porque está mais frio na sua casa do que na rua.

Acusou a Câmara de agravar esta situação quando mandaram fazer um jardim nas traseiras da sua habitação em que rebaixaram mais 65cm da sua casa e agravou o problema.

De seguida o Sr. Presidente questionou se algum dos Srs. Vereadores queria intervir neste Período.

Sr. Vereador Carlos Albino - Disse que em relação ao Sr. Fernando Raimundo, é com satisfação que vê que as questões que levantou ao longo do tempo relativamente à estrada que estava cada vez mais estreita, pelo que percebeu o problema já está sanado e fica muito satisfeito porque apesar da demora, a obra foi concretizada.

Relativamente à Sra. Margarida Silva, disse que em relação a esta situação, em particular, o que conhece foi o que ouviu na reunião do dia 28 de julho, quando a Sr^a. veio, a reunião, fazer exatamente o mesmo conjunto de afirmações, rapidamente o Sr. Presidente deu indicações à sua secretária para ficar com o contacto desta munícipe para mais tarde, julgámos todos, reunir com ela para que o assunto fosse devidamente encaminhado e apurado o que estaria em causa, e é com muita tristeza que verifica que até à data corrente nada foi feito e que mais uma vez se verifica que foi apenas “empurrar o problema com a barriga” à espera que as pessoas, na sua inocência, se esquecessem de virem

revindicar aquilo que acreditam ser os seus direitos. Espera que desta vez este assunto seja devidamente encaminhado uma vez que ainda estão todos em funções e que o assunto possa ser devidamente analisado e tratado para que se possa apurar, efetivamente, o que se terá passado pois entende que não é uma situação normal o que a Sr^a descreve, por isso é importante saber o que está na base deste problema para que se possa resolver e imputar a culpa aos responsáveis e que, depois, se possa corrigir.

Sr. Presidente - Sobre as questões colocadas pelo Sr. Fernando Raimundo, disse que a situação do “Casal do Brinca” vai evoluindo, procurando encontrar-se soluções e entendimentos num local que tem alguns estrangulamentos e que não tem solução linear. Disse estarem a decorrer na Camara, e ter consigo um pedido de informação prévia para alguma construção na zona e que se prende, designadamente, com esse prolongamento de uma rua e com um lote que fica exatamente no enfiamento, vamos ver como se resolve mas são questões que envolvem a propriedade privada, envolvem uma organização e os lotes já constituídos, e que por isso têm algumas complexidades que não permitem uma solução tão linear como poderia ser desejável do ponto de vista da organização do espaço, de qualquer maneira está-se a avaliar e vai-se ver o que se consegue resolver e melhorar.

A questão dos contentores pequenos disse que tudo tem um princípio e ainda não tem um fim só porque tem um princípio, e o princípio que teve foi este sistema que foi adotado na generalidade do País, à exceção de alguns centros urbanos maiores, como Lisboa e algumas outras cidades, que têm recolha domiciliária, na generalidade do País o que se adotou foi este sistema dos contentores de rua, que na altura foi um enorme avanço em relação ao que existia antes, e às vezes não existia nada. Agora cada vez mais se torna claro que é preciso outras evoluções e que este sistema, resolvendo os problemas essenciais, que resolveu na altura, têm outras complicações, têm impactos, até porque o número de contentores cresceu enormemente, têm impactos sobre a via pública, sobre a higiene pública pois têm custos elevados de recolha, falemos dos contentores domésticos ou dos ecopontos.

Estão a acontecer evoluções, um pouco por todo o lado, no sentido de se avançar para processos de recolha domiciliária, no entanto, acredita que até isso esteja generalizado vai decorrer um número significativo de anos. A Câmara tem duas experiências a evoluir nesse sentido, por um lado, no âmbito da recolha de materiais para reciclagem, a AMARSUL está a implementar, já alguns anos que têm alguns circuitos, e está a fazer experiências de aumento dos circuitos e das zonas com recolha domiciliária, designadamente, do papelão junto do comércio, foi aquela que avançou primeiro e que tem, hoje, já alguma extensão em muitos sítios, mas também de outras, portanto, é uma das áreas em que as coisas estão-se a procurar experimentar as soluções e dar passos. O Município, ao nível da recolha de resíduos domésticos, o que está em curso e que vai acontecer em breve, vai-se iniciar o primeiro ensaio de recolha de biorresíduos porta a porta, os biorresíduos são os resíduos de natureza orgânica, e que irá funcionar da seguinte forma, são dados contentores próprios a cada domicílio, a cada pessoa que adere nesse sistema e da parte da pessoa espera-se que exista a separação, e depois haverá um circuito de recolha porta a porta. Este processo está a ser apoiado e foram criadas linhas de financiamento através dos fundos comunitários, às quais o Município da Moita concorreu, nesta primeira fase o valor é um pouco superior a um milhão de euros, para adquirir equipamentos e implementar, estará pronto para se iniciar entre setembro/outubro, ainda não chegou o material, os camiões ainda não chegaram, portanto, não temos uma data exata, mas está a ser preparado e serão processos de ensaio. Para já irão começar nalguns bairros periféricos que estão já devidamente selecionados, vai haver contacto com as pessoas e uma adesão voluntária, portanto, é um processo gradual e por isso diz que não tem grandes dúvidas que isto vai ser o futuro, ou pelo menos, se não for generalizado, vai ser muito estendido no território, mas é um processo que ainda vai durar alguns anos até lá se chegar.

Disse, ainda, que está, inteiramente, de acordo com a questão que o Sr. Fernando coloca que é um sistema do futuro mas o Município ainda está, um pouco, distante de lá chegar até porque não se pode implementar um sistema destes, de forma “pulverizada”, porque senão isto duplicava os meios, ou seja, teria de haver meios para recolher os contentores e outros para recolher porta a porta, portanto,

quando avança um, recua o outro para não se duplicarem custos, e para não se tornar as coisas mais complicadas do que já são.

Sobre as questões colocadas pela Sr^a Margarida Silva disse que, primeiro, e por acaso a última reunião foi na última semana de julho, e sendo agosto, que, por acaso, em Portugal é o mês generalizado das férias e é o mês em que, também, vai de férias e por isso não conversaram, mas que fique claro, na conversa existem dois âmbitos, a conversa entre o presidente da câmara e a munícipe, e procurar esclarecer com mais detalhe algumas das questões das suas dúvidas, e poderá, também, fazer uma reunião com os serviços técnicos que atendem todas as pessoas que tenham qualquer problema seja ele de que natureza for, e que também lhe darão esclarecimentos que forem possíveis e oportunos, mas é só isto, nada mudou nem nada vai mudar, não há qualquer tipo de responsabilidade da Câmara Municipal sobre a questão que a munícipe coloca porque os licenciamentos para aquelas construções que estão lá, não foi para uma casa mas sim para uma urbanização, foi dada corretamente e não tem qualquer dúvida disso apesar de ter sido há 30 anos, está construída corretamente e portanto, não existe qualquer incorreção, nem responsabilidade do município no licenciamento que fez, nem em nenhuma outra questão. A partir desse momento, a relação é entre quem compra e quem vende, se quem vende, vende algo fraudulento, ou seja, vende uma coisa que não existe, tem que assumir essa responsabilidade e quem compra tem que assumir, também, a responsabilidade do que comprou, e de saber o que comprou, mas, em qualquer das circunstâncias, isso não é uma questão da Câmara Municipal.

Referiu que a Sr^a colocou uma questão, que não a deve colocar como hipótese, aconselhava mesmo a recorrer ao Tribunal, uma vez que perante a situação que coloca, e perante a acusação que fez à Câmara Municipal, entende que o Tribunal é o sítio correto para dirimir essa questão, é um direito de todos os cidadãos e os Tribunais estão lá para isso, para decidir das disputas e, portanto, a Sr^a tem essa opinião em relação à Câmara Municipal, o Presidente da Câmara tem a afirmação que o Município não teve qualquer comportamento que não deveria ter tido e a partir daqui não existe mais via para outra solução.

Não havendo mais intervenções, passou-se de seguida ao Período Anterior à Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria;

Submeteu, ainda, a discussão e votação as seguintes atas, previamente distribuídas:

- Ata n.º 20/XII/2020 de 14.10.2020;
- Ata n.º 23/XII/2020 de 11.11.2020;
- Ata n.º 24/XII/2020 de 23.11.2020;
- Ata n.º 8/XII/2021 e 14.04.2021.

Não havendo nenhuma questão, foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade dos presentes nas respetivas reuniões.

O Sr. Presidente disse querer colocar uma questão que se prende com a proximidade da data que seria a da realização das Festas da Moita e sobre isso queria informar que como é patente não estão, ainda, reunidas as condições para que a Festa da Moita se possa realizar nas condições normais, recordemos que, pelo menos, até ao final do corrente mês de Agosto está decretada a proibição das feiras e romarias portanto, durante todo este tempo há ainda uma grande incerteza sobre se essa proibição se prolonga ou não, mas, ainda que não se prolongue, não seria de qualquer forma possível a realização dos eventos habituais da festa com a sua grande concentração de pessoas, em espaço livre, em espaço de acesso não controlado, e para além do mais, nem haveria tempo necessário para preparar uma festa normal, que, como sabem, começa a preparar-se meses antes da data da sua realização. Por isso, informou, que festas da Moita, tal como as conhecemos de décadas, mais uma vez, infelizmente, não vão poder acontecer, no entanto, à semelhança do ano transato, serão realizados alguns eventos que não sendo as festas, são um assinalar e uma comemoração, e são eventos de carácter cultural, sobretudo, com vista a marcar a data das festas. Trata-se, designadamente, da realização de espetáculos musicais que são espetáculos que têm compromissos assumidos desde o ano anterior, que quando se veio a verificar a impossibilidade da realização de festas já havia o processo de organização das mesmas, já estava em curso e já haviam compromissos assumidos com artistas. Como, também, se recordarão a legislação que saiu, inclusive para proteção dos próprios artistas garantia que esses contratos e esses compromissos se mantinham válidos e todos os espetáculos deviam ser reagendados, ou caso não o fossem, teria que haver lugar ao seu pagamento, e portanto, foi isso que aconteceu, temos alguns compromissos com alguns artistas e vai-se realizar nos dois fins-de-semana que seriam os correspondentes às festas, realizar espetáculos ao ar livre e naturalmente ao ar livre as regras para as realizações de espetáculos e o número de lotação também foram atualizadas pela Direcção-Geral de Saúde e pelo Governo, portanto são, hoje, mais claras e mais permissivas, acompanhando a evolução positiva da situação da pandemia e, portanto, vão-se realizar esses espetáculos.

Disse que, também, não é realização da Câmara, mas já está anunciada a realização da feira taurina, à semelhança do que aconteceu no ano passado e para além disso ir-se-á, também, permitir a instalação dos carrosséis nos mesmos moldes que ocorreu há dois meses atrás, com acesso limitado, só serão os divertimentos, propriamente ditos, sem outras atividades que possam por em causa a saúde pública e a saúde dos visitantes.

Temos, também, a informação da parte da Paróquia que a procissão da Nossa Senhora da Boa Viagem se vai realizar-se nos mesmos moldes que o ano passado, com o trânsito do andor em viatura para não propiciar ajuntamentos e, além disso, o ambiente festivo que pretendemos que não se perca totalmente na Moita, será dado pela instalação de um arraial reduzido, também à semelhança do ano anterior, a presença dos barcos engalanados no cais, até porque a Nossa Senhora visitará o cais como é habitual. Para além disto, haverá a realização da cerimónia do dia do Município com os mesmos moldes do ano passado, portanto, ao ar livre para garantir a segurança e ao final da tarde, que é quando as condições o propiciam.

Informou, em primeira mão os munícipes, que o calendário, os artistas presentes e datas, seriam feitos à partida nas próximas duas semanas porque ainda existem acertos de datas a fazer.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Luís Chula - Pediu a palavra para informar o Sr. Presidente que não iria tecer qualquer consideração em relação àquilo que ele informou sobre a festa da Moita, quis apenas reforçar o apoio ao evento, e dizer que pode dispor, como melhor entender, do Serviço de Proteção Civil.

Em seguida deu nota da situação da pandemia, no Concelho, dizendo que é uma situação que se encontra melhor, felizmente, está em linha com os resultados nacionais, e na semana anterior a média

diária eram doze casos, que comparando com outros momentos desde o início da pandemia são bastante bons. Informou que a DGS, como habitualmente, apresenta todas as sextas-feiras uma informação, e na sexta-feira passada informou que o nosso índice era de 271 casos no período compreendido entre o dia 5 e dia 18 de agosto. Estes 271 casos, dos últimos 14 dias foram sempre indicados para a hipótese de o Concelho ter 100.000 habitantes, convertendo este número para a população do Concelho da Moita que são 64.400 habitantes, resulta em 174 casos. Sobre a vacinação informou que tem decorrido nos moldes habituais, embora com menos afluência do que houve noutros momentos, pensando que o facto de ser agosto também pode ter influência, uma vez que muitas pessoas estão ausentes da sua habitação, quer os utentes convocados, quer os de casa aberta e por isso existe um abrandamento no número de vacinas administradas, contudo, até ao dia 24/08/2021, foram administradas entre primeiras e segundas doses, 7275 vacinas.

Referiu que no fim de semana anterior, ao sábado durante todo o dia e domingo de manhã, dias que foram destinados aos jovens com mais de 12 anos, houveram 1126 jovens que acorreram à vacinação e correu muito bem, uma vez que era um processo mais complicado do que com os adultos porque estes jovens tinham que ser acompanhados pelos pais e isso duplicava a lotação do pavilhão. Tudo correu ordeiramente e muito bem, há de facto muitos munícipes que agradeceram a forma como o serviço foi prestado e o acolhimento que os funcionários da Câmara Municipal e os profissionais de saúde (enfermeiros e médicos) deram, informando, em seguida, que a chamada “casa aberta” passará a estar disponível para jovens e adultos e estará disponível, para poderem ser vacinados, durante o dia.

Informou que o Serviço Municipal de Proteção Civil continua a fazer as suas rondas, continua a manter os mesmos contactos com as entidades que têm vindo a acompanhar ao longo desta pandemia, e continua a fazer as reuniões com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, concretamente, com o Comando Distrital de Setúbal, ou seja, resumindo, continua a dar um contributo importante no Centro de Vacinação, e continua com os relatórios semanais, quer para os membros da Comissão Nacional da Proteção Civil, quer para o CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro) de Setúbal e, a isto ainda acrescem as outras ocorrências que consideram normais, nomeadamente, a identificação de terrenos onde é necessário identificar os proprietários porque as casas estão em ruínas ou os terrenos que não foram limpos.

Disse que, sem qualquer sinal de alarme deixa a informação que começam a ocorrer casos de vespa Asiática no Concelho, mas que vai aparecendo de vez enquanto e como existem dúvidas são avaliadas pelos Serviços de Ambiente e Salubridade e pela Coordenadora da Proteção Civil, mas são, ainda, poucos casos.

Disse, ainda, que o Sr. Vereador Luís Chula não é porta voz, nem tem qualquer procuração dos seus vizinhos do Bairro do Palheiro e, sabendo que ao que refere não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas de qualquer forma, quis saudar a instalação do parque infantil, e concluir que “afinal, sempre fazia falta.”

Sr. Vereador Carlos Albino - Aproveitou as palavras do Sr. Vereador Luís Chula dizendo que efetivamente fazia falta um parque infantil no Palheiro, disse que também fazia falta um pontão no Gaio, e que ainda bem que já está concluído.

Passou, em seguida, para situações que foram trazidas a reunião e que ainda estão por resolver, nomeadamente, começou pela Rua António Sérgio Nº10, como exemplo das questões que se encontram por resolver, ou seja, a munícipe fez um conjunto alargado de queixas que estão a ser dirimidas entre a Câmara Municipal da Moita e a munícipe, tendo em algumas matérias já lhe ter sido dada a razão. Outra situação em que também lhe foi dada a razão é sobre a girândola que tinha sido colocada no avançado por baixo da sua casa, tendo esta que ser retirada mas o que é certo é que o proprietário dessa fração recebeu a notificação para retirar de imediato a girândola, mas ainda não a retirou, ou seja, “andamos aqui a trabalhar devagar, devagarinho e parados, algo se passa para tamanha falta de vontade em atuar”, no entanto, pensa que caberá a cada um tirar as suas conclusões e por isso pediu que a lei se cumpra, que esta situação seja regularizada e, se o proprietário da fração tem ordem para

retirar a girândola, que seja feito, de maneira que a munícipe não tenha de ser prejudicada com o fumo da confeção de comida do outro proprietário.

Falou sobre uma questão, na Rua de Angola na Baixa da Banheira, que em maio de 2020 trouxe à reunião sobre um avançado que estava a ser contruído ilegalmente. O Vereador responsável por este assunto enviou-o de facto os fiscais, mas o certo é que a obra “está com bom aspeto, vê-se bem no *google maps*, já abriram janelas”, portanto, continua de pé e mais uma vez nada foi feito, pensa que existe falta de vontade em resolver as coisas e “andamos aqui a brincar ao faz de conta” coisa que, não passa a melhor imagem dos que estão aqui a exercer estes lugares, solicitando que se corrijam estas situações de acordo com o que está previsto na lei, ou se licencia porque tem condições para ser licenciada ou então se não tem condições tem que ir abaixo, mas desta forma não pode ser.

Disse querer falar sobre as propostas, moções e recomendações que o Partido Socialista tem trazido para ser apresentada nas reuniões, começando por referir a moção sobre a criação de um espaço do cidadão em Alhos Vedros e de se estudar a viabilidade de construir e implementar esse mesmo espaço do cidadão em outras localidades do Concelho da Moita. Solicitou que se iniciasse a negociação com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa), no sentido de se tornar uma realidade, questionando se já foram iniciadas as negociações e como é que está essa proposta, apesar do Sr. Presidente ter votado contra esta solução, mas acredita que vivemos em democracia e como mereceu o acolhimento da maioria dos presentes, espera que a situação esteja a ser levada a “bom porto”.

Disse, ainda, que o mesmo é válido para a “Aplicação automática da tarifa social da água”, que também foi aprovada por maioria, e por isso questiona se este processo já foi iniciado e em que ponto de situação se encontra.

Duas outras situações que, também, já não irão cumprir os prazos são: o “Regulamento Municipal sobre o apascentamento de animais e sua permanência e trânsito em espaço público no Município da Moita”, ou seja, quando apresentaram esta recomendação, na reunião do dia 28 de julho, foi lá colocado, especificamente (apesar de não colocarem um dia específico), 30 dias até que a proposta fosse apresentada à reunião de Câmara, então, como a proposta não foi apresentada na Reunião de Câmara privada, nem está na Ordem de Trabalhos da corrente reunião e, estando ultrapassados os prazos legais para que se marque uma reunião extraordinária, questionou o que teria acontecido, e afirmou, novamente, que o facto de se viver numa democracia, assiste-lhe o direito de se poder trazer a Proposta, uma vez que foi aprovada pela maioria “a CDU que está em minoria, continua a fazer vetos de gaveta!”. Quis também salientar a proposta do estudo para a “Ampliação das piscinas da Baixa da Banheira”, à qual foi dado um intervalo de seis meses, e já se passaram anos, por isso questionou se a pressa, de momento, seria tão grande para se fazer obras que os trabalhos ficam mal-executados, questionando se poderiam acalentar a esperança de ver o resultado desse estudo até ao final deste mandato, ou então esperar que entre outra solução governativa nesta autarquia para se poder dar início a este e outros projetos que todos gostariam de ver concluídos.

O facto de ter referido que a pressa leva a que o trabalho não seja executado da melhor forma, tem, também, como exemplo o Vale da Amoreira, uma vez que o alcatrão foi colocado sem a fresagem, ou seja, sem tirar a camada de desgaste, o que aumentou a altura do pavimento em betão fazendo com que ficasse em alguns sítios acima da altura do estacionamento, ora, isto no inverno originará mais poças, vai fazer com que as pessoas quando saírem do carro tenham o pavimento cheio de água, e as sarjetas servirão de espaço de acumulação de lixo porque fazem de recipientes na estrada onde se irão acumular folhas e lixo. Acrescentou, não saber se foi por causa desta opção, mas em Sarilhos Pequenos optaram por tapar as caixas de saneamento e meteram essa pavimentação numa rua que sofre frequentemente intervenções porque a rede de abastecimento entra em rotura, sugerindo que o bom senso é antes de fazerem uma intervenção de repavimentação, na sua opinião, deveria fazer-se a alteração da rede de abastecimento com uma rede nova para prevenir que hajam futuras roturas e que se necessitar de intervenção na estrada não haja necessidade de estragar o trabalho que se fez.

Por último, questionou o Sr. Presidente sobre que pensa fazer nesta situação onde as caixas ficaram tapadas, pois entende que não está certo, e convidou-o para ir visitar a obra, assim como tinha feito, sobre a questão do Vale da Amoreira, mas que não surtiu efeito.

Sra. Vereadora Filomena Ventura – Disse querer colocar uma questão, referindo que há três semanas receberam, todos, no correio eletrónico uma informação de uma munícipe, a Sra. Manuela Brilhante, em nome da Comissão de Moradores da Rua dos Marítimos, na Moita, que alertava mais uma vez para os passeios demasiados estreitos, no primeiro troço dessa rua (quem vai da Moita para o Gaio), e que para quem tem mobilidade reduzida ou um carrinho de bebé, vê-se na necessidade de, por vezes, circular pela estrada. Acrescentou que passa, com alguma regularidade, na referida rua e isso originou uma troca de impressões entre todos, quase no início do mandato, e aproveitou para deixar uma sugestão dizendo que é uma verdade que o primeiro troço da Rua dos Marítimos está também com estacionamento e, existindo estacionamento no Centro Náutico Moitense, se houvesse possibilidade de contactar os moradores, e se pudessem proibir aí o estacionamento por forma a alargar 15cm o passeio de um lado e de outro, parece-lhe que ficaria o assunto resolvido, acrescentando que estavam a decorrer os jogos paralímpicos e, com certeza, todos deverão ter orgulho em ser um Concelho inclusivo.

Tem consciência que a Rua dos Marítimos integra o Núcleo Histórico 1 e, portanto, terão que ter sempre algumas cautelas pois foi o início da “Mouta”, mas também convém acolher e estudar para salvaguardarem a mobilidade reduzida ou até a movimentação de uma mãe ou de um outro familiar com carrinho de bebés.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Disse que a questão do período que normalmente seria da Festa na Moita e que, naturalmente, dada a pandemia será assinalado, mas não será igual. Chamou a atenção, de uma forma muito breve porque, também, tem confiança que as pessoas que constituem a Comissão de Festas terão isso em conta, mas enquanto vereador entende que lhe compete fazer esta chamada de atenção, de que têm concertos que já estavam apalavrados há mais de um ano, que os mesmos devem decorrer, mas em segurança. Elogiou o facto de o Sr. Presidente referir que deveriam ser feitos em espaço aberto e arejado, mas que tenha acessos bem delineados para que as pessoas procedam às recomendações de higienização. Referiu que na feira de maio fizeram um concerto que correu muito bem (concerto de fado do Camané na Praça de Touros), é um sítio natural para este género porque tem bancadas e condições para tal acontecer, mas nesta altura, tendo em conta que a Praça de Touros não é propriedade da Câmara Municipal da Moita e tendo em conta que os proprietários da mesma também querem organizar eventos taurinos, acha muito bem que tal aconteça e justifica que sempre foi defensor da iniciativa privada.

Acha que existem outros espaços que podem delimitar para colocar um espetáculo, ou aproveitar a delimitação natural, se aproveitarem o terreno onde costuma acontecer o mercado mensal, por exemplo, é preciso ter-se a consciência de que são necessárias as cadeiras para o público estar sentado, ou seja, os concertos em questão, de grandes dimensões, não serão resolvidos com demarcação de círculos no espaço pois as pessoas não respeitarão, por isso acha que o melhor será a opção das cadeiras, que são muitas porque os músicos contratados chamam muito público.

Falou sobre o facto de o público, no Concelho, ser adverso à questão do preço dos bilhetes, ainda que o preço seja simbólico, como foi no espetáculo do Camané, mas os bilhetes são necessários dada a limitação do espaço com lugares marcados, é necessário para garantir o respeito pelo distanciamento social.

Referiu que os concertos já estavam apalavrados há imenso tempo, e que quando se fizeram estes acordos, ninguém contava com uma pandemia. Citou a frase do início da pandemia que diziam: “vamos afastar-nos para mais depressa estarmos juntos” e disse que ninguém contava que depois de ano e meio ainda se estivesse nesta situação, por isso é natural assinalar a data dos festejos em Honra da Nossa Senhora da Boa Viagem, Santa Padroeira da Moita, e que tal deve ser assinalado com os devidos cuidados.

Sobre as informações prestadas pelo Sr. Vereador Luís Chula, responsável pela Proteção Civil, disse que todos têm a ideia de que existe uma evolução no sentido positivo, quer no Concelho, quer a nível nacional, mas no verão anterior também tinha essa ideia, e que iriam chegar rapidamente ao fim da

pandemia, e por isso entende que “gato escaldado de água fria tem medo”. Apesar de acreditar que tudo irá melhorar, o que é certo é que num período de mais calor, as doenças pulmonares diminuem. Exemplificou a gripe que por norma também está mais ativa no inverno do que no verão, por isso entende que também é um indicador para existirem poucos casos, mas entende que se deve permanecer em alerta a fim de evitar a subida de casos, se bem que todos estão esperançosos que corra bem, quer com a informação sobre o Concelho, quer com as notícias da comunicação social sobre o País.

Sr. Presidente – Sobre as questões colocadas e começando pelo fim, sobre a Festa, a primeira questão como tem sido anunciado pelo Governo, em setembro está prevista, se as coisas continuarem no caminho como têm estado, uma nova etapa de desconfinamento, e tem sido habitual, quinzenalmente, são feitas atualizações às diversas regras e restrições para os diversos setores de atividade. Isto significa que existe, ainda, uma incerteza sobre as regras com que vão atuar no período, em meados de setembro, designadamente, relativo aos espetáculos musicais, de facto, foram diminuídas as restrições agora, mas uma das questões onde ainda existe uma réstia de esperança que venha a evoluir, até porque também havido pronunciamentos públicos de pessoas ligadas ao setor pedindo isso, que se torne possível a realização de espetáculos com lugares em pé e não apenas sentados, têm, ainda, uma esperança que possa acontecer, mas como não se pode viver de esperanças, estamos já a preparar, e já fizemos contactos a solicitar o fornecimento de cadeiras num número significativo, de acordo com a dimensão do recinto, naturalmente, é um recinto vedado, fechado e com entrada controlada onde será necessário bilhete, bilhete gratuito, mas previamente levantado para garantir a lotação do espaço e a marcação do lugar, mas não há intenção, como nunca aconteceu e espera que não venha a acontecer, nas Festas da Moita haverem espetáculos pagos, portanto, o espetáculo é gratuito, mas exige o levantamento prévio do bilhete e exige à entrada a apresentação do certificado de vacinação ou teste válido, também de acordo com as regras que estão em vigor. Naturalmente, isto exige uma logística acima daquilo que é o normal nos espetáculos porque exige controle de entradas e de plateia, e exige segurança de formas que habitualmente não são necessárias nos espetáculos livres que estamos habituados, mas tudo isso está a ser acautelado.

Mais disse que não adiantou, mas não é nenhum segredo, e não é muito difícil imaginar que a intenção é realizar os espetáculos no espaço da feira porque é o único espaço que temos com estas condições, portanto, delimitação e espaço amplo para que isto possa acontecer. É isto que está a ser equacionado no entanto estamos atentos e com alguma expectativa de que as regras que vierem a ser definidas, em setembro e designadamente na segunda quinzena, possam ainda ser menos restritivas e que facilite de alguma forma, e aquilo que ainda há alguma expectativa tem a ver quanto aos lugares sentados ou em pé porque quanto ao resto não é crível que haja qualquer outra alteração, portanto, a exigência do certificado de vacinação e a necessidade de controlar a lotação e exigir-se que seja previamente levantado o bilhete e apresentado à entrada mantém-se.

Sobre as questões levantadas sobre a evolução do Covid, disse que é uma evolução positiva, embora ainda não seja aquilo que todos anseiam, continua a haver um número diário de casos relativamente elevado mas, no entanto, todos os sinais são de que de facto, há um abrandamento da progressão da pandemia, há um controle maior, a vacinação continua a avançar em todo o País, atingindo já uma percentagem muito apreciável da população e, portanto, pensa que há razões para ter esperança que a pandemia esteja a caminhar para o fim, embora não seja aconselhável ser demasiado otimista, ou apressado, e abrandar desde já as medidas de segurança que continuam, seguramente, a serem necessárias e vão continuar a sê-lo durante algum tempo, estamos, também, a aguardar que sejam emitidas as normas que vão regular o funcionamento das escolas, também é uma área que ainda não está totalmente definida mas aquilo com que todos contamos, e pensa que todo o País se está a preparar, desde os encarregados de educação, os alunos, os professores, as autarquias e do Ministério da Educação, é para que haja um regresso de aulas normais embora com as restrições devidas.

Deixou uma nota sobre uma notícia transmitida num jornal, onde dizia que as Autarquias estão, já, a pensar na desativação dos Centros de Vacinação, disse que quanto ao Município da Moita, não

pensamos, nem deixamos de pensar, aquilo que pensa ser razoável antever, neste momento, é que por mais um ou dois meses, os Centros de Vacinação vão continuar a ser necessários enquanto houver, ainda, um número de pessoas por vacinar significativo, recordando que os jovens estão agora a levar a primeira dose e que será necessária segunda dose, e em alguns casos a terceira, portanto, estamos preparados para manter o Centro de Vacinação o tempo que for necessário, embora, também se comece já a pensar, à distância de alguns meses, esperemos que não sejam muitos, seja possível desativar estas instalações e a vacinação passar a ser feita através dos meios do Serviço Nacional de Saúde, como é feita a restante vacinação.

Sra. Vereadora Filomena Ventura - Informou que a notícia de que haviam autarquias a pensar desmantelar os Centros de Vacinação foi desmentida, na manhã seguinte, em dois ou três órgãos de comunicação social. Apesar desta informação, transmitiu um elogio que o responsável pela vacinação, o Sr. Vice-Almirante, deu a todas as autarquias pelo trabalho que desempenharam na colaboração com a Direção-Geral de Saúde, e disse que todas as pessoas com as quais se tem cruzado têm demonstrado o agrado da forma como vão sendo recebidas na vacinação.

Sr. Presidente - Continuou a sua intervenção respondendo às questões colocadas pelo Sr. Vereador Carlos Albino dizendo que o parque infantil do Palheiro estava no programa eleitoral da freguesia da Moita da CDU, não é novidade nem é nenhuma descoberta que o Partido Socialista fez, há 4 anos foi colocado nas intenções da programação da CDU, e como fazem gala e honra disso cumpriram ao limite do que lhes é possível, os compromissos e o limite é sempre bastante elevado embora às vezes hajam circunstâncias que não permitem que tudo em absoluto se concretize, mas grande parte, dos programas da CDU são concretizados e este é mais um exemplo disso.

Relativamente ao pontão do Gaio, lamenta informar, mas o pontão já lá existe há muitos anos, pelo menos há 15, que como todas as coisas tem processos de deterioração que é preciso depois arranjar e foi isso que fizeram. Entretanto, quando estavam no processo de reparação surgiu a oportunidade de obterem mais um conjunto de pontões flutuantes, trataram do processo, foram buscá-los, trouxeram-nos, deram-lhes o tratamento necessário e foram colocados, tudo perfeitamente normal como é a normalidade do trabalho de uma autarquia que trabalha todos os dias para resolver e fazer coisas e isto só pode parecer menos normal a quem está sentado em frente ao computador a mandar umas bocas, para esses é que tudo é normal e tudo só se resolvia amanhã, aliás nem existe razão para não estar feito já ontem, mas as coisas não são assim, como todos sabemos, e as coisas fazem-se, levam os seus tempos necessários para se fazerem e tem os seus processos, mas estão feitas.

Disse compreender as questões colocadas pelo Sr. Vereador Carlos Albino sobre as obras, tanta obra, como é que é possível o Centro da Moita estar com as ruas asfaltadas, em Sarilhos ruas asfaltadas, Vale da Amoreira aquela avenida asfaltada, percebe perfeitamente a preocupação do Sr. Vereador mas não consegue perceber a deficiente perceção, se é da parte do Sr. Vereador que acha que as obras já estão prontas, se acha, acha mal, mas isso é uma questão de falta de experiência, portanto, as obras não estão concluídas, nenhuma delas, como em quaisquer circunstâncias os remates finais tem esse nome porque são finais, e tudo está a decorrer e a ser acompanhado para que decorra de acordo com os cadernos de encargos que foram devidamente preparados, concursados, e que são a obrigação do cumprimento dos empreiteiros. As obras estão a decorrer a um bom ritmo, não tem existido atrasos e perfeitamente dentro da normalidade de uma intervenção de grande dimensão que foi aprovada pelo executivo, por todos, já lá vão mais de dois anos que este processo começou, o processo de financiamento, de introdução no orçamento, de financiamento, de concurso, porque estas coisas, volta a repetir, “só quem não faz, é que pode pensar e afirmar que tudo se faz estalando o dedo”, como é evidente as coisas demoram o seu tempo, mas estão a ser feitas, estão a ser concretizadas e são importantes para o Concelho e para as populações.

Sobre as questões que o Sr. Vereador colocou, de facto, esses processos que referiu nenhum deles está concluído e o mais recente tem razões óbvias, aliás, na altura, foram aqui colocadas por outro vereador, mas, também, foi perceptível que os senhores, e o senhor em concreto, não estavam

interessados naquilo que era necessário fazer, para a organização dos serviços e para o trabalho e para a organização dos setores e para o mês em que estavam, e aprovam uma proposta dando 30 dias para estar feito algo, fazendo conta que se esquecia de que, para além dos nossos serviços não estarem de braços cruzados e sentados à espera que alguém decida que agora vão fazer um regulamento novo, têm um período de férias também a gozar nesta altura, portanto, não estiveram sequer presentes técnicos para acompanharem e preparar a proposta sobre a questão do regulamento.

Disse que já não é novidade e que já referiu algumas vezes, que existe carência de pessoal ao nível do Gabinete Jurídico, são carências que são agravadas por uma ausência muito prolongada por motivos de saúde de uma das juristas e está a falar-se do Gabinete Jurídico e não da Divisão de Salubridade e Ambiente que tem 400 trabalhadores, está-se a falar de um Gabinete Jurídico que tem quatro juristas, portanto, faltando 25% já faz “mossa”, temos uma das juristas adstrita, exclusivamente, e chega e sobra, às contraordenações, tivemos ano e meio de processos de concurso complicados, com aprovações no Tribunal de Contas e com um acompanhamento permanente do Gabinete Jurídico e com algumas questões que foi necessário dirimir. Tivemos, agora, a mais recente, em que obtivemos o Visto do Tribunal de Contas no início da semana, foi um processo muito grande, sobre o contrato das refeições escolares que teve, como é habitual, um processo de concurso complexo, com reclamações das empresas, necessidades de alterações e depois com aprovação do plano e isto ocupou a Chefe do Gabinete Jurídico durante, pelo menos 3 meses, não em exclusivo, mas acompanhando. Portanto, esta é a realidade que têm e para superar porque não podem ficar só pelas dificuldades e não fazer nada para as superar, portanto, para as superar já foi contratada uma jurista, há cerca de um ano e meio, e está-se, neste momento, a fazer consultas a potenciais fornecedores prestadores de serviços, para adquirir serviços jurídicos, exatamente, porque o Gabinete Jurídico nas condições que tem, hoje, não está a conseguir dar respostas, atempadas, a todas as situações e, naturalmente, têm que ser estabelecidas prioridades e é isso que é feito, e é isso que é uma competência sua, e é a Lei que lhe dá e é a responsabilidade enquanto Presidente da Câmara que lhe dá, e da qual não se esquivava nem abdica e por isso determina e define prioridades quando é necessário e quando a capacidade de trabalho dos serviços não é a suficiente para responder a tudo e a todas as solicitações, tem que haver alguém que diga o que é que se faz primeiro e o que é que se faz a seguir e é isso que faz com que não esteja aqui a proposta sobre a recomendação que foi aprovada, repetindo, que os Srs. não tiveram qualquer tipo de preocupação se estavam no mês de agosto e se trinta dias era muito ou pouco tempo, portanto esta situação é resultado de quem tinha como objetivo, exclusivo, a propaganda eleitoral, e o resultado é este.

Sobre a Rua dos Marítimos, disse que esta questão é a de quase todas as decisões que uma autarquia possa tomar, nunca se agrada a todos, ou seja, existe alguém que, neste momento, tem um carro de bebé e tem um passeio muito estreito e reclama, mas imaginando que a autarquia decidia que, de facto, o passeio precisava de ser alargado e a rua não dá ou tem passeio, ou tem estacionamento, fazemos passeio tiramos estacionamento, não seria difícil imaginar a receção por parte da generalidade daqueles moradores que perdiam os, já, poucos lugares de estacionamento que a rua tem, portanto, estas questões são delicadas. Acrescentando que estudar é um bocado isto, todos desejamos fazer o que está ao nosso alcance, mas quando, os restos da fábrica que lá existem forem outra coisa, e tiver um desenvolvimento urbano, aquela zona é reestruturada e resolvem-se problemas como este e outros porque este é um estrangulamento, evidente, que existe ali, numa zona de grande passagem de viaturas, quem vai para a escola, quem vai para o Rosário, sabemos que existe ali um estrangulamento, mas as possibilidades de o resolver neste contexto, enquanto aquele “mono” dali não sair, são quase nenhuma, e este tipo de coisas não acontecem quando se quer porque aquilo têm proprietários, e diz que tem sido feito o possível porque já, mais recentemente aumentaram até porque o mercado imobiliário, felizmente, reanimou e foram ultrapassados os anos terríveis da troika e os seguintes das consequências que deixou, existem perspectivas e crescimento e, portanto têm havido abordagens e tem havido trabalho técnico, com a Câmara Municipal da Moita, no sentido de potenciais interessados naquele espaço e que dão alguma esperança que se possa avançar com, e que não demore muito, alguma iniciativa que seria importante para abrir aquela zona porque para além de ser uma zona

marginal, tem todas as condições para ter uma operação imobiliária de qualidade que qualifique a zona e que simultaneamente aumente o espaço público e contribua para resolver os problemas de circulação e de acessibilidade. Tudo tem que ser conjugado e hoje em dia as zonas de proteção, a zona não edificando e em relação às margens está claramente definida nas leis e no Plano Diretor, portanto, essa questão da construção em cima do rio já não é possível, felizmente.

Sr. Vereador Carlos Albino - Saudou a ousadia que o Sr. Presidente teve em o acusar de falta de experiência numa matéria que, nomeadamente, se refere a obras, disse que fica muito satisfeito que existam obras no Concelho, coisa que o Partido Socialista tem vindo a defender, mas que, não se entenda que querem obras a qualquer custo, ainda que sejam mal feitas, pois custa-lhe ver o dinheiro de todos os contribuintes a ser mal gasto, em obras mal feitas e que custam exatamente o mesmo dinheiro a fazerem bem ou a fazerem mal, mas uma vez que o Sr. Presidente afirmou que as obras não estão terminadas, pediu para explicar como é que vão resolver, no cruzamento da Av. José Almada Negreiros com a Rua dos Amores Perfeitos, em que existe uma sarjeta muito abaixo da cota do pavimento e como suavizaram a curva para a Rua dos Amores Perfeitos, a sarjeta, atualmente, encontra-se mesmo no meio da estrada e faz um buraco, ou como vai resolver junto à Biblioteca o facto do pavimento estar acima da cota do passeio, questionando se vai subir o lancil do passeio e depois, a seguir, vai subir o estacionamento e a seguir vai subir o passeio à entrada da casa das pessoas, solicitando que lhe explicassem como se vão resolver estas situações. Mais acrescentou que o mesmo se passa em Sarilhos Pequenos, a mesma situação que alertou na Av. José Almada Negreiros e que não se resolve com o empreiteiro a ir ao local cortar 10 cm de pavimento entre o lancil do estacionamento e o pavimento da estrada, não se resolve dessa forma, mas se calhar o Sr. Presidente terá muita experiência nesta matéria, mas, diz, desde já, que não se resolve dessa forma, ou seja, é por ali que a água vai escoar, aquilo é um ponto de acumulação de folhas e lixo. O mesmo se verifica na Rua Teófilo Braga, e Sarilhos Pequenos, questionando, novamente, como se resolve se se vai subir os passeios, é certo que a obra não está concluída, mas a seguir faz-se o quê? Retira-se uma camada para acertar ou sobe-se os passeios, questionando como é que se vai concluir a obra.

Em relação às outras matérias, disse que, “dizer-se que está em andamento” é o tipo de resposta que se dá quando não se está a fazer coisa nenhuma, porque quando questionou qual era o ponto de situação, era para receber uma resposta concreta, mas a resposta que recebeu é “tudo e nada ao mesmo tempo”.

No que diz respeito à Proposta de apascentamento de gado, disse que a própria recomendação indicava, venha aqui uma Proposta com dois pontos e o trabalho já estava feito, se tinham dúvidas, se iam para férias e se os serviços jurídicos estavam assoberbados, era simples bastavam copiar a recomendação do Partido Socialista, escreviam Proposta, alteravam no Preâmbulo o que lhes interessasse e colocavam, exatamente, os dois pontos que isso bastaria para dar início ao Procedimento, poupava-lhe trabalho e as coisas fluíam, mas bem sabe que o Sr. Presidente votou contra, e que a vontade de levar por diante este assunto, assim como assumir qualquer responsabilidade para além da que está, exclusivamente, na lei, acha que a letra da lei da parte do Sr. Presidente e dos que o acompanham é nula, mas era algo simples de fazer e ia ao encontro dos interesses da população evitando assim arrastar este assunto por mais tempo.

Sr. Presidente - Disse que já não era a primeira vez, e eventualmente não seria a última, que são aqui passados atestados de burrice e de estupidez aos técnicos e trabalhadores do Município, de alguém que não tem experiência, mas que isso não é defeito porque a experiência adquire-se ao longo da vida, mas quando fala de experiência, não está a falar de si próprio porque não é ele que define as alturas do alcatrão nem as condições técnicas dos concursos, é para isso que existem os técnicos e os funcionários e essas sim é que são, de facto, experientes e na área, em concreto, da engenharia são, até, muito experientes porque a generalidade dos técnicos, que estão no Município, já cá estão há muitos anos e têm provas dadas.

Disse também que ser “engenheiro de obras feitas” é uma expressão que, pensa, já ouvia a sua avó e as pessoas assim são engenheiros de obras feitas e, de facto, os “engenheiros de obras feitas” tem uma tarefa muito simples, que é só “olhar para as pulgas e faz de conta que a pulga está a passear nas costas do elefante”, não tem outra dimensão além disso “encontrar pulgas” num trabalho de requalificação dos arruamentos com a dimensão daquele que está a decorrer no Concelho.

Terminou dizendo que nenhuma obra está concluída, este é um processo que está a decorrer tem, ainda, muito trabalho para fazer naquilo que foi concursado e naquelas zonas onde já houve aplicação de betuminoso, em quase todos os casos, faltam fazer os remates assim como a reparação de calçada, e é assim em todas as vias onde já houve colocação de betuminoso, ou seja, nenhuma delas tem o trabalho concluído.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

1. 8ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas resultam da necessidade de adequar algumas dotações orçamentais face aos compromissos a realizar no curto prazo.

Desta feita, propõe-se a alteração ao orçamento na importância global de €118.000 conforme mapas que se anexam.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

2. APROVAÇÃO PLANO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO MUNICÍPIO DA MOITA

“A Cultura engloba um conjunto de valores e princípios inestimáveis ao Ser Humano, sendo um importante instrumento de promoção da Paz, de liberdade e participação cívica, sendo ainda uma ferramenta para a promoção bem-estar, físico, intelectual e social.

Direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa, a Cultura, exige políticas públicas que promovam o acesso de todos os cidadãos à criação e fruição artística e cultural, pressupondo um compromisso na repartição de responsabilidades entre a administração pública, central e local.

Fomentar uma intervenção integrada, concertada e comprometida de todos os intervenientes na promoção e desenvolvimento cultural sustentável do Município da Moita, através da construção de um referencial comum que dê coerência à política cultural municipal e consistência à intervenção de todos os agentes locais, foi o objetivo que presidiu à elaboração do Plano de Desenvolvimento Cultural do Município da Moita (PDCMM).

É nessa estratégia de desenvolvimento cultural que integramos o plano operacional que agrega o conjunto dos contributos e propostas de atividades de todos os agentes artísticos e culturais que procuram desta forma fazer da Moita um Município de Referência no Desporto Para Todos./ “Afirmar a Moita no campo cultural”

Assim propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação do PDCMM (conforme documentos em anexo).”

O Sr. Vice-Presidente informou que apesar de ser um trabalho extenso, quis dar breve nota de que este plano surge numa sequência de um trabalho feito, primeiramente, com o movimento associativo, com os dirigentes associativos, com os pareceres históricos da Câmara no desenvolvimento cultural, e foi lá que estabeleceu, a Câmara em conjunto com eles, a necessidade de fazer um plano de desenvolvimento.

Depois disso, ficou a Câmara com a responsabilidade de apresentar, num próximo fórum, os valores, objetivos e metodologia que foram discutidos e foram aceites, e, a partir daí, houve um trabalho ao longo do tempo (não fosse a pandemia, já estaria provavelmente mais adiantado ou em prática). Sucintamente o que foi lá colocado, portanto, dos valores que foram estabelecidos para o trabalho conjunto, seja a inclusão, a cooperação, a subsidiariedade, sustentabilidade, respeito intuitivo e avaliação contínua, colocaram-se concretamente objetivos e foram esses que também serviram de base que tinha que ver com uma intervenção integrada concertada e comprometida, não da Câmara, mas de todos os intervenientes, de todos os agentes culturais, e para isso a metodologia foi alargada até aos agentes dentro do movimento associativo e aos que são intervenientes no Município, portanto, o que segue foi um trabalho que foi feito com todos os outros agentes, e não apenas do movimento associativo que aos poucos também se foi alargando e aquilo que se pretendeu foi fomentar uma intervenção integrada, concertada e comprometida dos agentes na promoção e desenvolvimento cultural sustentável no Município da Moita através da construção de um referencial comum que dê coerência à política cultural municipal e consistência à intervenção dos agentes culturais locais.

Seguidamente explicou que houve uma constituição de um grupo de coordenação, houve uma auscultação a peritos, houve reunião com os técnicos da cultura, foi colocada uma nova submissão, reuniões internas, novamente, com os técnicos da cultura, alargada aos do departamento porque há uma conceção de que este trabalho da cultura não é estrito do trabalho da cultura, é mais alargado e houve em seguida umas primeiras jornadas na escola secundária do Vale da Amoreira, à qual agradeceu pela cedência do pavilhão, onde ficaram todos, separadamente, a discutir., uma vez que eram cerca de uma centena de pessoas a discutirem aquilo que poderia ser e o que não poderia ser, numa discussão alargada,. Sobretudo, havia uma questão central, que era como perspetivar o futuro da cultura no Município da Moita com três questões que foram sequencialmente abordadas sendo elas: “o que pretendemos. Como pode a minha área contribuir? E o que poderemos fazer na área?”. Isto diz respeito também à metodologia que foi acertada com o movimento associativo, e para além de alargar a este movimento havia uma outra questão que era a organização por áreas, ou seja, áreas mais ou menos comuns de interesse, que pudesse haver uma linguagem e perceções semelhantes e que pudesse também inclusivamente despoletar dinâmicas novas, conversas e estímulos para futuro trabalho.

Depois recolheram todos esses contributos, tiveram um trabalho de análise grande, isto à semelhança, também, do desportivo onde, de todo esse trabalho, foi feita uma síntese e mais tarde conformou-se o plano.

Achou importante, também, informar que não existem muitos documentos como este, mas daqueles que existem, tiveram uma especificidade que é assumida, e por isso decidiram abordar, sem perder a perspetiva, daquilo que é mais importante num plano de desenvolvimento que é a experiência humana em concreto, colocando a dignidade e liberdade no centro dessa experiência ou seja, serve de uma espécie de matriz ou um passe de trabalho, não sendo um trabalho finalizado, é estrategicamente uma matriz de desenvolvimento com o foco na pessoa humana e por isso, foi uma das questões que chegamos a um determinado ponto em que, tiveram de se centrar nas diversas abordagens e esse era um dos focos.

Fizeram um esquema que teriam em conta essa experiência nas diversas fases ou diversas dimensões de experiência da apropriação da vida, das suas capacidades, das suas dimensões da vida e como é que essa pode visar uma cultura integral, a coesão social e a liberdade, para isso fizeram esse esquema com dimensões mais verticais do tempo, disciplinares e outras que são aquelas contextuais, do ambiente do indivíduo. Estabeleceram no final o enquadramento do que entenderam por cultura, e um caminho para lá chegar com uma visão e uma missão.

De uma forma sintética, disse que foi estabelecido a partir daí os sete domínios estratégicos em que esses verticais têm o conhecimento da experiência em fruição, a promoção ao acesso ao conhecimento e à experiência de fruição, com esta intervenção quer é potenciar ambas, um domínio que é saber expressão cultural, aprendizagem e capacitação, a promoção do saber e da capacidade de expressão, estimular essa capacitação, ofícios experimentação e criação, promoção da experiência oficial da experimentação e criação cultural e artística fomentando a experiência de criação e autonomia do indivíduo com as apetências e capacidades, depois, num plano mais horizontal que é das memórias vivências e perspetivas ou seja, a valorização e a promoção das experiências, representações e identidades de modos de vida e território ou seja, pretendendo impulsionar o território cultural, o envolvimento de participação e desenvolvimento da atividade à semelhança também da metodologia do plano de desenvolvimento desportivo, todos os processos de articulação e de ação global de cooperação, de partilha com adjacentes, a comunicação e projeção da atividade que são todos assuntos falados e todo esse trabalho é uma integração dos contributos que foram sendo colocados e a questão do espaço público, instalações e equipamentos, sendo um domínio que se destina às condições físicas do acesso ao conhecimento, à prática e à vida cultural que tem como eixo potenciar a rede de espaços públicos e equipamentos culturais.

Para finalizar, disse que é à semelhança do desportivo, um trabalho que não é finalizado, mas sim um documento de trabalho que procura estruturar esta área, neste caso com sete domínios, tem as oitenta medidas de cerca de duzentos projetos e várias ações não da Câmara, mas no território. Esclareceu que poderão haver eventualmente omissões ou até mesmo um erro, mas admitiu assumir isso pois o mais importante é tratar-se de um instrumento de trabalho e um referencial comum que permita estruturar a atividade e que permita caminhar com consciência, ou seja, têm uma experiência que tem sido feita, o território tem uma experiência muito diversificada e que importava ao Departamento da Cultura estruturar e colocar toda a informação num documento com um determinado caminho e uma determinada visão.

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sra. Vereadora Filomena Ventura - Quis iniciar a sua intervenção felicitando os funcionários que construíram o documento estruturante, quer na localização, sabendo que o Sr. Vice-Presidente vastas vezes mencionou que é um trabalho que vem sendo feito ao longo dos tempos, e que concorda totalmente porque “não se estala os dedos e aparece” mas as horas que os técnicos despenderam a

construir este documento estruturante é digno de serem publicamente felicitados. Sendo um documento estruturante faz-lhe lembrar as intervenções que fez aquando da aprovação do Plano Municipal para o Desenvolvimento do Desporto, por isso identifica como um retrato do concelho, uma análise “swot”, mas, depois de ouvir com muita atenção tudo aquilo que o Sr. Vice-Presidente explanou, passando isso e tendo a consciência que estes documentos estruturantes são todos eles dinâmicos em qualquer organização e numa autarquia também, questionou se: - “imaginando que nasci no concelho e sempre vivi no concelho, e no âmbito da minha profissão, para efeitos de autoridade tributária, sou artista. A quem é que eu me dirijo neste Plano de Desenvolvimento Cultural? Mais especificamente, porque a pergunta é suficientemente abrangente, vamos imaginar que eu tenho uma banda. A quem é que eu me dirijo, no Plano de Desenvolvimento Cultural?”

Colocou esta questão porque, mesmo lendo com alguma atenção, parece-lhe que este documento que interessa aos jovens que vivem no Concelho, porque os momentos pelos quais estão a passar, de pandemia, não foram só de confinamento, levaram também bastantes jovens à criatividade e à atividade de criação, que respeita, mas parece-lhe que não se tem uma resposta suficientemente clara para poder dizer a um jovem com o qual se possa cruzar na rua, (pedindo desculpa pela forma coloquial como expôs a questão): - “dirige-te ao departamento da cultura/ao Vice-Presidente, mas vão-te encaminhar não sei para quem!”

Subentende que os documentos estruturantes têm de existir, quem gosta e acompanha, e analisa isto, sabe perfeitamente que, mais tarde ou mais cedo, eles irão integrar o Plano Diretor Municipal, e o desenvolvimento, e se calhar até já a partir do próximo ano civil (março/abril).

Reafirmou que todos os documentos estruturantes são dinâmicos, mas o que têm é uma quantidade de jovens, de séniors, e de gente que às vezes nem suspeitam, que tem coisas construídas, que se enquadram neste Plano de Desenvolvimento da Cultura, e, não estando numa associação, pergunta, a quem se dirigem? Mais, supondo que são pessoas introvertidas, e que não saem para uma coletividade, volta a questionar e referiu que gostaria de ter esta resposta na presente reunião.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Falou sobre a discussão entre o Sr. Vereador Carlos Albino, que deu alguns conselhos técnicos ao Sr. Presidente, acerca da construção de uma estrada, dizendo que repara algumas coisas porque entende que os Vereadores são Vereadores, independentemente dos seus conhecimentos, por isso não quis dar nenhum conselho técnico sobre se as pessoas do Concelho devem fazer mais teatro ou tocar mais música, também não quis dar nenhum conselho técnico no sentido de dizer que as salas do Concelho devem estar mais vocacionadas para teatro, ou para teatro experimental, ou para o que for, por isso, nessas questões, o que ele pretende é que a arte a fluidez da arte do nosso Concelho que seja abrangente para todos. Continuou referindo que abrangente é o contrário de consenso, abrangente significa que tem de atingir todo os géneros de pessoas, e que existe um choque quando o Sr. Vereador refere este tipo de assuntos desta forma sobre questões de arte. “Sobre questões de arte, não há consensos. A arte cresce e nasce quando há roturas”. Mais disse que nos últimos tempos se ouve muito falar sobre o consenso na ciência quando dizem “Agora há um consenso que as vacinas ...” ao qual ele mesmo responde que consenso e ciência são também palavras antagónicas, que não pode haver consenso na ciência porque a ciência evolui quando há rotura. Afirmou que as novas teorias de Física atuais nasceram quando Bohr confrontou Albert Einstein e afirmou que Einstein estava errado. “Einstein ao princípio ainda disse: - Se for com você diz, então Deus não joga os dados com o Universo.” Depois disso começaram a fazer-se estudos e experiências e chegou-se à conclusão que havia uma nova teoria Física e nasceu assim a Física Quântica. Explicou que da mesma forma, a arte nasce e surge com a rotura, e aquilo que acha importante num plano destes, é não ser demasiado fechado, ou seja, permitir que quem vai fazer a rotura, quem inventa novos caminhos e quem consegue dar o passo na arte para novas evoluções, seja em qual arte for, tenha o seu espaço, o que vai fazer com que um plano destes não possa ser demasiado fechado “porque se se está a falar do espaço de algo que ainda não foi criado, como é que ainda se pode ter o espaço de algo que ainda não foi criado se não se sabe sequer o que é, porque não somos nós os artistas, nós somos vereadores”.

Neste conceito, disse ter gostado muito da primeira parte de todo este trabalho e quis deixar claro que o seu voto iria ser a favor, embora tenha algumas reservas relativamente à segunda parte, e que votaria a favor porque também acredita que a Câmara Municipal da Moita não irá cortar a arte nem a liberdade, se bem que é uma tendência de quem está no poder. Quem está no poder gosta de cortar a arte e de criar um monolítico, se for analisado em outras questões, por exemplo na questão da educação. Disse ter em memória uma discussão com um dos Vereadores sobre a educação na qual lhe disseram: “Eu só quero educação pública, não quero ensino privado.”

A Sra. Vereadora Filomena Ventura interrompeu.

O Sr. Vereador Luís Nascimento fez uma chamada de atenção à Sra. Vereadora Filomena Ventura e pediu que tivesse mais consideração no sentido de não o interromper tantas vezes.

Finalizou dizendo novamente que gostou muito da primeira parte do plano apresentado, que é um estudo muito preciso da realidade, que houveram alguns pormenores na segunda parte que o assustaram porque especificam demasiado os caminhos, e que quando se fala em arte e cultura, na sua opinião, não quer apontar caminhos, quer deixar o máximo de liberdade, mas tem a consciência e a convicção de que a Câmara Municipal da Moita nunca iria cortar liberdades artísticas, como tal, votará a favor.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse que este plano lhe absorveu algumas horas de leitura e análise na medida em que se está a falar de uma temática que julga que todos sabem que lhe é de alguma forma sensível, acha que na realidade se está perante um documento que descreve todas as atividades, todas as práticas, todas as tradições e os eventos culturais que regularmente ocorrem no Concelho.

Reconheceu que é um trabalho exaustivo, pormenorizado, muito amplo e que tem o mérito por ter sido elaborado por técnicos do Município, o que saúda. É um documento que permite fazer a comparação dos pontos fortes e dos pontos fracos da prática cultural no Concelho e onde ele supôs vir a encontrar soluções para resolver os pontos fracos que se encontraram. Contudo, não encontrou essas soluções, mas sim um inventário, uma lista do que se vai fazendo, de quem fez, e as métricas para avaliar o que se faz e o que se tem feito. Encontrou um trabalho tecnicamente bem elaborado, mas sem soluções ao nível da política para resolver o que falta fazer, o que está errado, ou o que há a melhorar no panorama cultural do Concelho, que tem sobretudo como fim, combater a iliteracia e contribuir para o desenvolvimento integral de todos os cidadãos. Por estes motivos disse que a bancada do Partido Socialista iria abster-se nesta votação.

Sr. Vereadora Filomena Ventura – Agradeceu ao Sr. Presidente pela tolerância enquanto dirigia a reunião, mas a tolerância passa também, independentemente dos juízes de valor que são pessoais, e esses respeita-os, concorde ou não com eles, passa também por coisas que lhe são muito caras, e a verbalização ou o saber enciclopédico sobre diversas coisas fundamentando-se com intervenções que não existiram, irrita-a, portanto, pediu a palavra ao Sr. Presidente porque é quem está a dirigir a reunião, para clarificar quem segue em casa via *online*, que a Sra. Vereadora e os Srs. Vereadores, pelo Partido Socialista, nunca disseram, nem nunca dirão que são contra a escola privada, até porque a Constituição da República, não o permite quando diz que a Educação será pública e tendencialmente gratuita, o “tendencialmente” teve que “tomar compensans” mas isso é por outra história. Mas o que dirá sempre, até porque vem de uma grande reflexão e não de um conjunto de chavões ou frases feitas, é que não pode haver promiscuidade entre o que é público e o que é privado. O privado tem todo o direito de existir, mas quando a empresa privada se vê aflita no âmbito dos seus rendimentos e das suas dificuldades para pagar aos seus acionistas, não pode pedir intervenção do Estado.

Foi isto que quis deixar muito claro e os juízos de valores que possam fazer sobre si, não passam disso, e isto que acabou de dizer, não é na sua opinião, um juízo de valor, mas sim uma parte daquilo que é enquanto Ser Humano e que tem que refletir a sua ética, as suas atitudes e os seus valores. Pediu desculpa no caso de ter ofendido alguém, e pediu imensa desculpa ao Sr. Vice-Presidente e,

especialmente, aos técnicos que gastaram muitas horas e teve, aqui, quase desviar o assunto sobre o Plano de Desenvolvimento cultural, e agradece a possibilidade de quase fazer a defesa da honra.

Sr. Vereador Luís Chula – Chamou a atenção sobre a página 45 no primeiro parágrafo terminar dizendo: “por uma comissão que de acompanhamento e avaliação que deverá integrar representantes dos parceiros e agentes desportivos”, crê que isto tenha sido retirado do Plano do Desporto e tem essa gafe.

Sr. Vice-Presidente Daniel Figueiredo – Começou por responder ao Sr. Vereador Luís Nascimento dizendo que não percebeu exatamente o que disse, até porque o foco da liberdade foi colocado no plano como sendo uma questão central no documento, e por isso não compreende no discurso do Sr. Vereador, onde é que está demasiadamente fechado, e onde é que se coloca em causa a questão da liberdade.

Sobre as questões que o Partido Socialista colocou no sentido de felicitarem os técnicos, e por outro lado dizerem que não encontram nenhuma solução para os problemas mas apenas um inventário, quis dar um apanhado geral dizendo que o trabalho que foi feito com muita leitura e muita análise de muitos documentos no mundo, inclusive deu uma nota que tiveram recentemente uma avaliação de um processo que é das Cidades e Governos Locais Unidos no Mundo, é um processo unido vasto de centenas de cidades no mundo e tiveram uma avaliação acima da média, portanto o Município tem um património de desenvolvimento cultural no Concelho avaliado e reconhecido, no entanto com outras metodologias que quiseram adotar. Respondeu ainda ao Sr. Vereador Luís Nascimento que a questão que tem que ver com a liberdade e a cultura, no seu entender acontece quando não há nada escrito, e quando existe muito pouco feito, informou que inclusive, se consultarem o Eurostat ou o Eurobarometer constataam que é dos países com menos trabalho feito e é um problema porque até na Unesco, nos objetivos para o desenvolvimento sustentável, nem sequer consta a cultura ou seja, ainda é preciso ser feito muito trabalho na cultura, e o PCP coloca como um quarto pilar de uma sociedade democrática, e isso está explícito no plano e assumem-no perfeitamente ou seja, a cultura é um pilar de um desenvolvimento de uma sociedade democrática e disso não abdicam, por isso é uma questão central. Sobre a questão política, para além desta, e o que está no documento, embora possam não achar importante, que é o que o documento estrutura, é também uma visão de sociedade em que os indivíduos não só têm o acesso à sua experiência e à sua cultura, têm acesso ao património da cultura humana, têm consciência desse acesso, e dos processos que condicionam esse acesso, e têm um momento em que podem intervir conscientemente perante si e perante os outros. Tudo isto é à escala daquilo que o Município pode fazer que é agregar toda a gente, seja jovem ou velho e integra em grupos na cultura.

Respondeu que o Sr. Vereador Luís Chula referiu uma palavra que estava mal escrita, mas não referiu que é um plano de monitorização de documento ou seja, estabelece que estes grupos que conversaram, continuem a ser constituídos com todos os agentes por área, para que continuamente façam a monitorização política conscientemente do que está no plano e possam paulatinamente nos seus níveis de consciência da sua experiência ter uma ação recíproca daquilo que é a sua intervenção e aquilo que a sociedade também lhe dá. Afirmou que isso é muito político e é aquilo que aqui estabelece ou seja, não é um amontoado de questões, é uma estrutura que coloca aquilo que é um diagrama de experiências, e perspetivas do município, e sem esse diagrama também não há liberdade de perceção daquilo que existe no contexto da Moita, não valorizam o território, há uma perceção do diagrama, há uma partilha dessa perceção do diagrama, e há depois a consciência dos processos e de poder intervir. Informou que existe dentro de um eixo, um portal da cultura a desenvolver, que facilitará aquilo em concreto que a Vereadora coloca no sentido de questionar que, se houver um jovem ou uma pessoa da terceira idade, seja com que motivação for, que tenha projetos e ações concretas, disse que a determinada altura estas coisas são transversais e não há questões da cultura restrita porque se for encarado dessa forma, não estão está a ser encarada. São questões transversais da experiência humana e houve um trabalho feito com Divisão de Assuntos Sociais e com o Gabinete da Juventude e

esses projetos e ações estão contempladas no Plano, existe um Gabinete da Juventude que articulará com todos os jovens, tal como existe uma Divisão que trata com todos os séniores, e portanto este é um documento estruturante e transversal que não retira a importância dos outros, apenas coloca-as nesta questão. Disse que um dos maiores problemas da política com a cultura, é o não haver ligação com a sociedade civil (coisa que faz), não fazer interligação entre agentes e instituições (coisa que faz), não propor e não colocar da forma como foi colocada neste Plano, uma participação massiva nesta construção como no que propõe para o futuro (coisa que faz) e também considerar essa presença massiva como coisa inerente de cidadania, de construção, e isso é política, isso é a visão, e é o que faz considerar que isto é um passo que os levou a não fazerem estratégias bonitas, estratégias que diz: “cidade assim, cidade assado.” porque há uma diferença entre planos e programas. Têm programas muito interessantes a serem agora desenvolvidos, por exemplo, com um grande empenho do Sr. Presidente, o Moita Património do Tejo, e isso é um Programa, e não um Plano, pois há uma grande diferença nisso.

Sr. Presidente – Disse que todos os presentes já contactaram seguramente com inúmeros planos e documentos estratégicos, qualquer que seja o seu formato (plano, programa) e pensa que este Plano, de facto, tem uma característica bastante distintiva de texto corrido, ou seja, do que se está habituado em longos textos, de contextos lindíssimos, de citações e de coisas do género que normalmente encham e avolumam os planos estratégicos, e que neste caso existem quatro páginas de texto, o resto são quadros com ações. Contém propostas, ações, identifica o que existe, estabelece objetivos, identifica parceiros, áreas de intervenção, e por isso é uma coisa virada para o concreto e não para dissertações académicas que às vezes são frequentes nestas coisas, e que têm o seu papel, mas entende que o que aqui se pretende é um guia para a ação objetiva e concreta com parceiros e gentes concretas, num território concreto e que parte das bases que existem e que são muitas, e que apesar dos retratos adulterados que por vezes tentam fazer, evidenciam bem a riqueza daquilo que regularmente a sociedade civil tem e aquilo que o Concelho tem, a sua enorme riqueza e os seus agentes culturais e desportivos e o imenso trabalho que concretizam. Está 100% de acordo com a Sra. Vereadora Filomena Ventura quando diz que nenhum documento desta natureza é estático e por isso tem de sempre de ser dinâmico e com certeza que este é o primeiro do género na área de cultura, que foi elaborado e será uma base fundamental para que se melhore. Numa base dialética pela qual se regem e se guiam, e numa base sempre de defesa intransigente da liberdade, da liberdade de criação e da liberdade de fruição, da liberdade de opinião e de expressão dessa mesma opinião, e por isso são princípios que são inquestionáveis.

Sr. Vice-Presidente Daniel Figueiredo - Disse que guardou para o fim o que a Sra. Filomena também disse no início, embora não tenha sido acompanhado por todos, mas foi pelo menos da parte da CDU e que quando se chega a um trabalho destes, em que houve muito empenho e esforço como foi dito, aquilo que é o dever, é agradecer a todos aqueles que contribuíram e todos aqueles que de forma muito empenhada com uma razoabilidade que é preciso ter nestes trabalhos porque egos e muita malandragem há em todo o lado, mas pessoas com um forte sentido cívico e com a importância que dão à cultura na sociedade, não serão tantas. Aos técnicos que tiveram de fazer este plano e tinham de fechar este trabalho com excelência porque é assim que a encaram, assumindo as questões todas com muita dedicação, agradeceu com um obrigado muito grande.

Após as intervenções, foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

Sr. Vereador Luís Chula – Pediu a palavra para fazer um reparo que não poderia deixar passar, até porque se aproximava o final do mandato e esta é uma questão que se repetiu muitas vezes. Disse que o Sr. Vice-Presidente tem por hábito chamar à Sra. Vereadora Filomena Ventura por “A Sra. Filomena” e, nesse sentido fez uma advertência dizendo que todos, à exceção do Sr. Presidente, são Vereadores e que a Sra. Vereadora, não é “a Senhora que entrou por aqui dentro por acaso, ou que se sentou naquela cadeira”, por isso pediu que fosse respeitada a dignidade das pessoas que representam o povo que os elegeram e foram eleitas para ser Vereadoras “São Senhoras? Pois! Tudo bem! Tal como eu sou Senhor e o Senhor também!”.

Sr. Vice-Presidente Daniel Figueiredo – Disse à Sra. Vereadora Filomena Ventura que se alguma vez fez passar, ou se expressou dessa maneira, desvalorizando a sua pessoa ou instituição, não o fez com vontade, “nem pouco, mais ou menos”, solicitando que considerasse as suas palavras sinceras.

Sra. Vereadora Filomena Ventura – Agradeceu a retificação que o Sr. Vice-Presidente fez, mas queria também que compreendesse a forma de estar do Sr. Vereador Luís Chula enquanto primeiro Vereador eleito, e que a verdade é que, como disse anteriormente, é costume estarem, nestas reuniões, nove pessoas, cada um com a sua identidade e o seu percurso e, por vezes, é-nos um pouco difícil assumir o papel de formalidade, e tem isso em conta, muitas vezes, mas também gostava que percebesse a função do Sr. Vereador Luís Chula porque acima de tudo quer muito acreditar que são todos seres Humanos, mantêm a atitude de cidadania independentemente das funções que ocupam, mas devem todos e têm a responsabilidade para quem os segue em casa.

Agradeceu a correção e vai encarar como um pedido de desculpa, e certamente que o Sr. Vereador Luís Chula também o encarou e sabe que não se volta a repetir.

Sr. Presidente – Sobre esta matéria disse que as declarações foram as que foram e que não as aprecia, quis, apenas, referir e sublinhar que pensa que estão muito próximo de concluir quatro anos desta equipa de trabalho, deste grupo que constitui o executivo municipal, e acha que as discussões, às vezes, têm sido acesas mas que isso faz parte da política e da discussão sobre os assuntos, pensando que têm primado pela correção num tratamento de todos e com um critério de igualdade para todos e por isso pensa que o reparo foi feito, o Sr. Vice-Presidente disse o que entendeu dizer, e aquilo que quer sublinhar é que alguma situação pontual ou alguma expressão menos formalista, não é o retrato do que tem sido o relacionamento entre todos.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que a expressão que o Sr. Presidente utilizou para consigo, nomeadamente, ao chamar-lhe “Engenheiro de obras feitas” também não lhe fica bem.

Sr. Presidente – Respondeu que poderia tratá-lo por “Sr. Vereador Carlos Albino, Engenheiro de obras feitas” e assim fica o formalismo cumprido.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Pediu a palavra para amenizar esta situação pois por vezes quando existem estes tratamentos, existem algumas posições mais crispadas e acha que nestas coisas, naturalmente, têm visões diferentes, senão, não teriam sido eleitos por partidos diferentes. Apesar de haverem visões diferentes para o Concelho, nada os impede de se darem bem e tenta pautar-se sempre, apesar de ter sido um pouco mais violento anteriormente pela questão da Sra. Vereadora Filomena o interromper, mas que, de alguma forma, tenta sempre tratar todos de forma igual frisando que quando pediu a palavra seria para levantar a boa disposição e que alguns dos vereadores presentes às vezes começam a intervenção dizendo “Camaradas Vereadores” referindo todos, e que ele responde sempre “Companheiros Vereadores” referindo-se a todos e que isso é também uma forma de os tratar a todos por igual.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pela Sra. Vereadora Vivina Nunes.

3. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM INSTITUIÇÃO SOCIAL DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.

2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

Fundação Santa Rafaela Maria (FSRM) - 3ª Revisão

SCMAV – 2ª Revisão

A participação considerada tem cabimento na rubrica 251.22/03.08.07.01.05 – Apoio ao Movimento Associativo – Investimentos, no valor de 43.024,30€ (quarenta e três mil e vinte e quatro euros e trinta cêntimos).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador Miguel Canudo não votou o apoio atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros por pertencer aos órgãos sociais da mesma Instituição.

4. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DE ESCOLAS E JARDINS-DE-INFÂNCIA – 2021/2022

“Com enquadramento legal no regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (alínea 1) do art.º 33º) e mais especificamente no quadro da transferência de competências para os municípios em matéria de Educação, no que diz respeito à educação pré-escolar e ao ensino básico, prevista no Decreto-Lei n.º 144/2008, de 27 de julho (art.º 8º), a Câmara Municipal da Moita - no âmbito do desenvolvimento das políticas locais em matéria de Educação - atribui anualmente apoio financeiro aos estabelecimentos de educação e ensino públicos para o funcionamento das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar, da competência municipal.

Com este apoio ao funcionamento pretende-se promover o apetrechamento de materiais necessários ao funcionamento das Escolas, que potenciem a concretização de atividades programadas no âmbito do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades.

Assim, para o ano letivo 2021/2022, o critério de atribuição do apoio aos estabelecimentos de educação e ensino é definido pelo número de salas, no caso dos jardins-de-infância, e pelo número de alunos por escola, no que respeita às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A proposta de apoio financeiro ao funcionamento das Escolas do 1º CEB e Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, conforme Anexos, apresenta-se com valores de referência, em função dos intervalos apresentados na tabela abaixo:

Pré-Escolar (N.º salas)	Valor proposto	1º Ciclo (N.º alunos)	Valor proposto
		> 208	1.700 €
>3 salas	1.400 €	157- 208	1.400 €
3 salas	1.050 €	105 - 156	1.100 €
2 salas	700 €	53 - 104	800 €
1 sala	350 €	≤ 52	500 €

No Anexo I, apresentamos os quadros por Agrupamento de Escolas, com o total dos valores propostos. À semelhança do ano anterior, os valores de referência apresentados no quadro acima englobam numa verba única o apoio à aquisição de materiais didático-pedagógicos.

De referir que, em relação à Educação Pré-Escolar, no ano letivo 2020/2021 verificou-se a abertura de mais duas salas de jardim-de-infância, crescendo esta oferta educativa no Concelho.

Relativamente ao 1º CEB, verificou-se uma redução muito ligeira, pelo que as alterações nos valores das verbas atribuídas, face ao ano anterior refletem estas variações da população escolar.

Ainda em relação à rede escolar concelhia, é de salientar a alteração da Escola Básica do Vale da Amoreira para Escola Básica Integrada do Vale da Amoreira, tendo em conta a integração de turmas do 1º ciclo do ensino básico, especificamente do 4º ano de escolaridade.

Finalmente, tendo em conta a necessidade de apresentação das Contas de Gerência por parte dos Agrupamentos de Escolas à Tutela, por ano civil, nos últimos anos a verba atribuída pelo Município para apoio ao funcionamento das Escolas tem sido transferida para os Agrupamentos em dois momentos distintos: um primeiro após a aprovação em reunião de Câmara e um segundo, no primeiro trimestre de 2022, conforme consta dos Anexos II e III.

A presente atribuição de subsídios para apoio ao funcionamento de escolas destinando-se à aquisição de materiais didático-pedagógicos corresponde pois a um valor total de 35.100 € (trinta e cinco mil e cem euros) e tem efeitos financeiros na rubrica – Apoios aos Projetos Educativos de Escolas – 03 0602030533.

Face ao acima exposto, propõe-se uma primeira transferência de verba em agosto de 2021, no valor de 17.550€ (dezassete mil, quinhentos e cinquenta euros) e uma segunda transferência no primeiro trimestre de 2022, igualmente no valor de 17.550€ (dezassete mil, quinhentos e cinquenta euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ALERTA-MENTE ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL E MUNICÍPIO MOITA

“O presente Protocolo estabelece os termos de cooperação entre a AlertaMente – Associação Nacional para a Saúde Mental e o Município da Moita com vista ao desenvolvimento de iniciativas de interesse comum. Tem como objeto assegurar uma colaboração que permita complementar as competências específicas de cada instituição e coordenar os recursos no domínio da prevenção e promoção da Saúde Mental.

A AlertaMente – Associação Nacional para a Saúde Mental desenvolve a sua intervenção na promoção e prevenção da saúde mental positiva, reflete sobre as necessidades presentes ao nível da saúde mental dos cidadãos portugueses e residentes, de modo a que estas constem de forma transversal e multidisciplinar, nas respostas desenvolvidas a nível nacional.

As ações de cooperação desenvolvidas ao abrigo do presente Protocolo serão programadas e formalizadas através da assinatura de um Acordo Específico. Neste caso, em particular, a presente parceria visa a realização do Fórum de Saúde Mental nas Autarquias, agendado para o dia 16 de setembro de 2021, no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo.

Considerando o acima exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a assinatura do referido Protocolo de colaboração entre a AlertaMente – Associação Nacional para a Saúde Mental e o Município da Moita e sobre o documento que define os termos da Parceria Fórum de Saúde Mental nas Autarquias.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada a discussão havendo a seguinte intervenção.

Sra. Vereadora Filomena Ventura – Disse que o seu pedido de intervenção não era bem em relação à celebração deste protocolo, mas que tinha ido à procura desta Associação e conseguiu encontra-la na internet, mas que esta Associação não tem na sua página a informação sobre os órgãos sociais e por isso pediu, se houvesse possibilidade, que lhe fosse enviado por mail a composição dos órgãos sociais.

Após a intervenção foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A Sra. Vereadora Vivina Nunes deu conhecimento, em conjunto, do teor das duas propostas seguintes, sem, no entanto, ler minuciosamente por uma questão de salvaguarda dos dados pessoais constantes em cada uma delas. Disse que são dois casos que estão devidamente fundamentados, nas propostas, e que são de carência social bastante acentuada e com problemas de saúde associados, portanto consideram ser pertinente fazer estas duas atribuições. Havendo essa possibilidade e estes dois fogos vazios e que já foram feitas as obras de adaptação, são assim propostas estas atribuições a título excecional. Terminou informando que tinha em sua posse os dois processos para o caso dos Srs Vereadores os quiserem consultar.

6. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL

“No seguimento do atendimento efetuado pela Divisão de Assuntos Sociais à munícipe Maria Carmelita Tavares Alvarenga Gomes da Silva, e de acordo o processo constituído para o efeito, verificou-se que o agregado familiar da mesma apresenta uma grande vulnerabilidade no que respeita às questões de saúde, nomeadamente filha de 17 anos diagnosticada com Trissomia 21, a qual beneficia de acompanhamento escolar em educação especial e Terapia da fala. A mesma faz consultas de psicologia devido ao seu estado depressivo, de Ortopedia uma vez que possui pé plano bilateral o que condiciona a marcha. A jovem é totalmente dependente ao nível da autonomia pessoal e social.

A munícipe não tem qualquer suporte familiar. Reside numa casa arrendada, encontrando-se em situação de despejo iminente uma vez que terá de abandonar esta a qualquer momento, por motivo de regresso a Portugal do filho da senhoria/amiga.

Mais acrescentamos que este agregado apresenta também uma elevada vulnerabilidade económica, os seus rendimentos advêm do RSI e PSI, no valor aproximado de 240€, o qual não lhe possibilita a procura de uma habitação no mercado de arrendamento privado.

É de salientar que dada a dependência/falta de autonomia pessoal e social da jovem, a mãe vê-se condicionada a obter um emprego com horário reduzido, por forma a poder apoiar a filha nos momentos em que esta não se encontra na escola e/ou outra Entidade.

A atribuição de uma habitação ao agregado familiar em causa, visa promover a igualdade de oportunidades através da melhoria das suas condições de habitabilidade, combatendo de alguma forma fatores de desvantagem associados nomeadamente à patologia da jovem e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos.

Tendo em conta o disposto no nº 1, do art.º 3º, do Regulamento de Atribuição de Habitações Propriedade do Município da Moita nº 366/2017, de 14 de julho, conjugado com o art.º 14º, da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro, republicada pela Lei nº 32/2016, de 24 de agosto, Novo Regime do Arrendamento Apoiado, os quais determinam o regime excecional no acesso à atribuição de habitações, e dada a existência de

uma habitação devoluta de tipologia 2, sita na Av. José Almada Negreiros, Lt. 23 2º esq, VA (prédio em propriedade horizontal, com elevador), propõe-se a atribuição de fogo habitacional propriedade do município tendo em conta a excecional situação de vulnerabilidade do agregado familiar em causa.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

7. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME EXCECIONAL

“No seguimento do atendimento efetuado pela Divisão de Assuntos Sociais à munícipe Cesaltina do Rosário Ferreira, de 58 anos, naturalidade angolana e de acordo o processo constituído para o efeito, verificou-se que a mesma apresenta uma grande vulnerabilidade no que respeita às questões de saúde, apresentando uma multiplicidade de questões que a impossibilitam de trabalhar. A mesma é acompanhada em várias especialidades, nomeadamente nefrologia, cardiologia, ortopedia, gastroenterologia, oftalmologia, reumatologia e hematologia, tendo de receber transfusões de sangue mensalmente.

A munícipe não tem qualquer suporte familiar. Reside num quarto arrendado, encontrando-se em situação de despejo iminente, uma vez que é intenção do senhorio colocar a curto prazo a habitação à venda.

Mais acrescentamos que a munícipe apresenta também uma elevada vulnerabilidade económica, os seus rendimentos advêm do PRSI e PSI, no valor aproximado de 430€, com despesas mensais fixas no valor de 270€, relacionadas com os seus problemas de saúde, o que impossibilita a procura/acesso a uma habitação no mercado de arrendamento privado.

A atribuição de uma habitação à munícipe em causa, visa promover a igualdade de oportunidades através da melhoria das suas condições de habitabilidade, combatendo de alguma forma fatores de desvantagem associados nomeadamente às patologias apresentadas e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos.

Tendo em conta o disposto no nº 1, do art.º 3º, do Regulamento de Atribuição de Habitações Propriedade do Município da Moita nº 366/2017, de 14 de julho, conjugado com o art.º 14º, da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro, republicada pela Lei nº 32/2016, de 24 de agosto, Novo Regime do Arrendamento Apoiado, os quais determinam o regime excecional no acesso à atribuição de habitações, e dada a existência de uma habitação devoluta de tipologia 1, sita na Rua dos Sobreiros, n.º 57, VA (vivenda térrea), propõe-se a atribuição de fogo habitacional propriedade do município, tendo em conta a excecional situação de vulnerabilidade do agregado familiar em causa.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

8. CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BAIXA DA BANHEIRA E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES

“A empreitada para a execução da obra suprarreferida, com prazo de execução de 540 dias, teve o seu início em 13 de janeiro de 2020, tendo sido adjudicada à empresa BETONIT-Engenharia, Lda. pelo valor de 2 305 758,52 €, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

No dia 6 de março de 2020, dentro do prazo legal para o efeito, veio a empresa reclamar sobre a existência de erros e omissões do caderno de encargos, ao abrigo do n.º 3 do art.º 378º do DL 18/2008, de 29 de janeiro, na redação à data da abertura do procedimento, doravante denominado de CCP.

Os erros e omissões do caderno de encargos, apresentados pela empresa foram os seguintes:

- Erros de medição a mais no valor de 9.294,71 €
- Omissões no valor de 23.608,72 €

Valores a acrescentar IVA à taxa legal em vigor.

Após a análise da listagem de erros e omissões foi considerado que assiste razão à empresa nos seguintes erros e omissões do caderno de encargos nos seguintes valores:

- Erros de medição a mais no valor de 1.938,40 €
- Omissões no valor de 10.905,00 €
- Erros de medição a menos no valor de 1.097,32 €, que resultam da aceitação de um dos erros de medição a mais

O valor dos erros de medição e omissões do caderno de encargos representam 0,56% e os trabalhos a menos 0,048% da empreitada, enquadrando-se no limite de 10% dos trabalhos complementares previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 370.º do CCP.

A empresa nada refere quanto ao prazo para a execução dos trabalhos descritos nas omissões que apresenta, pelo que se considera, tal como para os trabalhos a mais contratuais, o cálculo proporcional ao prazo do contrato inicial, originando assim uma prorrogação de 4 dias no prazo.

A obra está prevista no plano de atividades de 2021 na rubrica com o Código GOP 221.1 – Unidade de Saúde Familiar da Baixa da Banheira e é satisfeito pela seguinte dotação orçamental: classificação orgânica e económica 0102 0701030708 e tem a necessária informação de compromisso no ano económico de 2021, com o número sequencial 50533, datado de 19 de agosto de 2021.

Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o seguinte:

- Os erros e omissões do caderno de encargos no valor global de 12.843,40 € (doze mil, oitocentos e quarenta e três euros e quarenta centimos) e dos trabalhos a menos no valor de 1.097,32 € (mil e noventa e sete euros e trinta e dois centimos), ambos acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, apresentados ao abrigo do n.º 3 do art.º 378.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2 do art.º 370.º do DL 18/2008, de 29 de janeiro, na redação à data da abertura do procedimento, a adjudicar à empresa BETONIT-Engenharia, Lda. e a respetiva prorrogação de prazo de 4 dias, correspondentes aos trabalhos complementares agora aprovados.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada a discussão havendo as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que o Partido Socialista tem vindo ao longo do tempo a defender a construção daquele Centro de Saúde, e ainda bem que ele avançou e já deveria estar pronto mas tem-se vindo a arrastar, por isso questionou como se encontrava o plano de trabalhos, se o mesmo está a ser respeitado e se será cumprido à luz da última alteração.

Sr. Presidente - Disse que já é possível afirmar que não vai ser cumprido o prazo mesmo depois da última alteração, portanto, aprovámos uma recalendarização que tinha, sobretudo, a ver com a paragem da obra devido aos impactos da pandemia, essa reprogramação adiantou o prazo de conclusão em, aproximadamente, 60 dias e esse prazo estaria agora a terminar, mas, como é visível não está a ser

concluído. Acrescentou, que têm ocorrido vicissitudes diversas, existe um acompanhamento, permanente, dos serviços municipais, assim como, de uma empresa de fiscalização que foi contratada para este caso, em concreto, e que está diariamente presente na obra, no entanto, o ritmo de trabalho que o empreiteiro tem praticado, não tem sido satisfatório e já existem referências escritas sobre isto no livro de obra e nas reuniões de obra esta questão tem sido permanentemente colocada e o Gabinete Jurídico está já a trabalhar no sentido de serem retiradas as devidas consequências do incumprimento contratual.

Após as intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

9. ESTRUTURAÇÃO DO CORREDOR URBANO DA AVENIDA 1º DE MAIO NA BAIXA DA BANHEIRA - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES

“A empreitada para a execução da obra suprarreferida, com prazo de execução de 450 dias, foi consignada no dia 15 de março de 2021, à empresa Lena, Engenharia e Construções, S.A., pelo valor de 1.675.000,00€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

No dia 14 de maio de 2021, dentro do prazo legal para o efeito, vem a empresa reclamar sobre a existência de erros e omissões de caderno de encargos, salvo aqueles que só sejam identificáveis durante a execução da obra, ao abrigo do n.º 3 do art.º 378º do DL 18/2008, de 29 de janeiro, na redação à data da abertura do procedimento, doravante denominado de CCP.

Os erros e omissões do caderno de encargos, apresentados pela empresa foram os seguintes:

- Erros de medição a mais no valor de 167.358,28 €
- Erros de medição a menos no valor de € 4.078,47 €
- Omissões no valor de 13.385,02 €

Valores a acrescer IVA à taxa legal em vigor.

Reclama ainda 48 dias para a realização dos trabalhos adicionais resultantes de trabalhos contratuais e de omissões.

Após a análise da listagem de erros e omissões apresentados, e conforme relatório da gestora do contrato, assiste razão à empresa Lena, Engenharia e Construções, S.A. para apresentação de erros e omissões do caderno de encargos nos seguintes valores:

- Erros de medição a mais no valor de 71.193,56 €
- Erros de medição a menos no valor de 4.078,47 €
- Omissões no valor de 13.385,02 €

Valores a acrescer IVA à taxa legal em vigor.

O valor dos erros de medição e omissões do caderno de encargos representam 5,05% e os trabalhos a menos 0,24% da empreitada, enquadrando-se, os trabalhos complementares, no limite de 10% previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 370.º do CCP, na redação à data da abertura do procedimento.

Para os valores que se propõem aprovar o prazo legal serão de 23 dias seguidos.

A obra está prevista no plano de atividades de 2021 e seguintes na rubrica com o Código GOP 242.9 – Mobilidade Urbana Sustentável e é satisfeito pela seguinte dotação orçamental: classificação orgânica e económica 06/07011530 e tem a necessária informação de compromisso no ano económico de 2021, com o número sequencial 56419, datado de 19 de agosto de 2021.

Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o seguinte:

- Os erros e omissões do caderno de encargos no valor global de 84.578,58 € (oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos) e dos trabalhos a menos no valor de 4.078,47 € (quatro mil, setenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos), ambos acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, apresentados ao abrigo do n.º 3 do art.º 378.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do art.º 370.º do DL 18/2008, de 29 de janeiro, na redação à data da abertura do procedimento, à empresa Lena, Engenharia e Construções, S.A. e a respetiva prorrogação de prazo de 23 dias, correspondentes aos trabalhos complementares agora aprovados.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo a seguinte intervenção.

Sr. Vereador Carlos Albino – Sobre esta matéria disse que acham este investimento importante, algo que sempre disseram e manterão o voto, assumindo o voto político que têm vindo a seguir, porque não foram salvaguardadas, ao longo do tempo, um conjunto de questões que colocaram no início, e viu-se bem a importância que têm as vias de acesso e de circulação, por exemplo, nas obras levadas a cabo pela plataforma logística do ALDI que intervencionou as rotundas da BP e a junto ao *Burguer King*, que bastou fazer-se, no local, uma pequena intervenção para perceberem o congestionamento de trânsito que causa. Disse que as vias de acesso não são de menor importância e que as alterações vão implicar uma redução de velocidade sem que tivessem sido apontadas alternativas e não basta dizer-se que depois não se fiscaliza.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida à votação tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

10. DECLARAÇÃO DE ABANDONO E PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE VEÍCULOS EM DE VIDA

“Foi removido um conjunto de veículos da via pública por se encontrarem em situação de estacionamento abusivo, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 163.º do Código da Estrada, na versão atual.

Foram cumpridos os requisitos legais necessários para que os veículos possam ser declarados em estado de abandono e adquiridos por ocupação pelo município.

A informação técnica em anexo à presente proposta, apresenta os procedimentos realizados. Para todos os veículos foi realizada uma vistoria pela comissão constituída para o efeito, a qual emitiu um parecer técnico por veículo. Todos os veículos vistoriados foram considerados veículos em fim de vida.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere declarar o abandono e a aquisição por ocupação pelo município, dos veículos em fim de vida abaixo identificados, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 165.º e n.ºs 1 e 3, do artigo 166.º do Código da Estrada e, da alínea dd), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09, ambos na redação atual:

Matrícula	Marca
01-49-ML	FIAT
04-30-QC	HONDA
04-63-TN	OPEL
08-27-LP	HONDA
19-88-FV	VOLKSWAGEN

20-43-SL	RENAULT
21-33-RB	KYA
26-63-SF	FIAT
28-20-BE	FORD
28-67-VP	RENAULT
31-95-MI	ROVER
31-SP-45	MERCEDES
32-32-HS	SKODA
37-62-AT	RENAULT
38-22-RG	FORD
39-62-SA	ROVER
40-38-FI	HONDA
40-99-EQ	FORD
42-03-IF	FIAT
46-57-EQ	RENAULT
48-98-LE	VOLKSWAGEN
50-23-PJ	KYA
60-19-MH	FIAT
74-06-GM	FIAT
81-93-ES	MERCEDES
83-93-HQ	LANCIA
86-93-DT	HONDA
87-CL-31	FORD
97-12-UT	HONDA
9864 DZT	FIAT
99-31-FT	RENAULT
99-57-CE	VOLKSWAGEN
DM 466 AR	PEUGEOT
UD-30-90	FIAT
XS-96-19	FORD
XZ-29-63	PEUGEOT

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

11. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DAS BANCAS N.ºs 11 E 16 COM A ATIVIDADE DE DIVERSOS, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA

“Através de requerimento registado sob os números catorze mil quatrocentos e sessenta e oito mil datado do dia vinte de julho de dois mil e um, e dezasseis mil setecentos e sessenta e um respetivamente do dia dezoito de agosto de dois mil e um, veio a Srª Maria Georgina Monteiro dos Santos, residente na Rua Bernardino Augusto Xavier nº 39 1º esq, União de freguesias Baixa da Banheira e Vale da Amoreira , solicitar a atribuição a titulo provisório das bancas nºs 11 e 16, sitas no Mercado Municipal da Moita, para a atividade de diversos.

O Regulamento Municipal de Mercados Fixos de Venda a Retalho, prevê no nº 1 do Artº 5º C, que quando um lugar posto em praça não seja arrematado, possa ser autorizada a sua utilização até à realização da nova Hasta Pública.

De acordo com a deliberação de Câmara Municipal datada de 17/12/2014, a atribuição das referidas bancas é efetuada mediante o pagamento de 1000.00€.

De acordo com a alínea d) do nº 2 do artº 44º da Tabela de Taxas, em anexo ao Regulamento de Taxas do Município da Moita, pela utilização das bancas é devida a taxa mensal de 28.18€, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Assim, proponho:

Enquadrando-se o pedido atrás exposto, seja concedida a atribuição a título provisório das referidas bancas.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (MP3), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA